

Sistema Ambiental aprova parecer técnico para 3ª Pista da Imigrantes

Com 91% do trajeto subterrâneo, projeto prevê o maior túnel rodoviário do país

Governo de SP/Divulgação



Vova via vai ligar o km 43 da Rodovia dos Imigrantes ao km 265 da Cônego Domênico Rangoni

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), órgão integrante do Sistema Ambiental Paulista, aprovou o parecer técnico da Cetesb, que avaliou a viabilidade ambiental do projeto da terceira pista do Sistema Anchieta-Imigrantes. Com a decisão, a Cetesb deve emitir a licença prévia para o empreendimento, etapa que atesta a viabilidade ambiental e permite o avanço do projeto.

Com 21,6 quilômetros de extensão, a nova ligação entre o planalto e a Baixada Santista é considerada uma das obras rodoviárias mais complexas do país. Cerca de 91% do trajeto será em túneis, solução adotada para reduzir impactos sobre áreas sensíveis, especialmente na Serra do Mar, onde há grande concentração de Mata Atlântica preservada.

Serão cinco túneis ao longo do percurso, somando cerca de 17,3 quilômetros. Um deles deve ultrapassar os seis quilômetros, o que o tornaria o maior túnel rodoviário do Brasil. O projeto inclui ainda oito pontes e viadutos.

A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Natália Resende, afirmou que a decisão reforça a consistência do processo de licenciamento ambiental no Estado. “A aprovação do parecer técnico pelo Consema demonstra a seriedade e o rigor do processo de licenciamento ambiental no

Estado de São Paulo. É um projeto de grande complexidade, analisado de forma criteriosa e com base em estudos técnicos consistentes”, declarou.

Conexão estratégica

A nova via vai ligar o km 43 da Rodovia dos Imigrantes ao km 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, próximo ao polo industrial de Cubatão, facilitando o acesso ao Porto de Santos.

A expectativa é ampliar em cerca de 25% a capacidade do sistema, com impacto positivo

na logística e no escoamento de cargas. A nova pista também deve contribuir para a redução de congestionamentos em períodos de alta demanda, como feriados e temporadas de verão, quando o fluxo em direção ao litoral aumenta significativamente.

A avaliação técnica da Cetesb destacou o caráter inovador da obra, com alta concentração de túneis como solução para minimizar impactos ambientais, priorizando a preservação da Mata Atlântica. Esse modelo construtivo reduz a necessidade de in-

tervenções em superfície e limita a supressão de vegetação nativa, além de favorecer a manutenção de corredores ecológicos.

A construção deve movimentar cerca de 4 milhões de metros cúbicos de solo e rocha, volume equivalente a aproximadamente 1.600 piscinas olímpicas. Parte desse material poderá ser reaproveitada em outras obras, a depender das condições técnicas e ambientais.

Para viabilizar a obra com segurança ambiental, a Cetesb exigiu um plano para destinação

desse material, além de medidas de controle nas escavações e ações para proteger recursos hídricos e biodiversidade. Também estão previstas medidas compensatórias e programas de monitoramento ambiental ao longo da execução do projeto, incluindo o acompanhamento contínuo das áreas de influência direta e indireta da obra.

Segundo o diretor-presidente da Cetesb, Thomaz Toledo, o licenciamento é essencial para garantir segurança em uma obra dessa magnitude. “O licenciamento ambiental permite avaliar cada etapa da engenharia e garantir que o projeto avance com controle e redução de impactos”, afirmou.

Na mesma reunião, o colegiado também acompanhou a apresentação do programa Finalclima, voltado ao financiamento de iniciativas sustentáveis, e a proposta de plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Ibitinga, que foi aprovada pelos conselheiros.

A iniciativa estabelece diretrizes para uso sustentável da área, conciliando conservação ambiental com atividades econômicas locais e garantindo a proteção dos recursos naturais. O plano também prevê ações de educação ambiental e o fortalecimento da gestão participativa, com envolvimento de comunidades locais e órgãos públicos.

SP tem 1,1 milhão de famílias no Gás do Povo em março

Divulgação/Governo Federal



Programa assegura a recarga gratuita do botijão de 13 quilos

São Paulo teve em março, na nova etapa de expansão do programa Gás do Povo, do Governo do Brasil, um total de 1.197.708 novas famílias contempladas, fruto de um investimento federal de mais de R\$ 120 milhões.

O programa, voltado ao público de baixa renda, assegura a recarga gratuita do botijão de 13 quilos direto nas revendas credenciadas, de forma simples, digital e segura. Em março, o Gás do Povo alcançou aproximadamente 15 milhões de famílias em todo o país.

Pelas regras do programa, famílias com duas ou três pessoas podem receber até quatro recargas por ano, ou seja, um vale a cada três meses. Já as famílias com quatro ou mais pessoas podem receber até seis recargas por ano, o equivalente a um vale a cada dois meses. Das mais de 1,1

milhão de famílias paulistas beneficiadas em março, 235,9 mil receberam vales de dois meses, e 961,7 mil receberam vales de três meses. Em São Paulo, 1,1 milhão de famílias atendidas este mês têm mulheres como responsáveis familiares, o que equivale a 95%

do total de famílias que receberam o benefício.

Com a nova etapa de expansão, em março, o programa triplicou o número de beneficiários e se consolidou como uma das maiores políticas públicas de zimento limpo do mundo.

SP libera acesso de 12,5 mil ao primeiro imóvel

O Governo de São Paulo liberou 12,5 mil novas Cartas de Crédito Imobiliário (CCI) do programa Casa Paulista, com investimento de R\$ 159 milhões para ampliar o acesso à casa própria. Os subsídios, que variam entre R\$ 10 mil e R\$ 16 mil, vão beneficiar famílias de baixa renda em 62 municípios e podem ser usados na compra do primeiro imóvel com financiamento via FGTS.

A medida integra a estratégia estadual de ampliar a política habitacional e reduzir o déficit de moradia, com foco em famílias que enfrentam dificuldade para entrar no mercado imobiliário. Desde 2023, o programa já disponibilizou 96,3 mil subsídios, somando R\$ 1,2 bilhão em investimentos — número recorde que supera em 88% todo o volume concedido entre 2012 e 2022.

Na prática, o benefício permite aumentar o valor de entrada ou reduzir as prestações do financiamento, tornando o imóvel mais acessível. O programa atende famílias com renda de até três salários mínimos e pode ser combinado com recursos federais e saldo do FGTS.

Levantamento do próprio programa mostra o impacto direto na inclusão habitacional: beneficiários têm renda média de R\$ 2,8 mil, enquanto compradores sem o subsídio chegam a R\$ 5,2 mil — diferença que evidencia o papel do incentivo público para ampliar o acesso à moradia.

Em municípios menores, o valor do benefício foi ampliado para incentivar a adesão ao programa e viabilizar empreendimentos em regiões com menor oferta de crédito.